



"Criança Constituinte", o grupo que mais agita os corredores do Congresso

Lobismo congestionado o Congresso Constituinte

Até aqui, sucesso total. O capítulo que trata da questão vai bem ao gosto da Federação das Associações de Defesa da Anistia. (Fada). E aí há muito da ação dos militantes deste movimento. Eles transitam incessantemente pelo Congresso, onde mantêm uma equipe permanente. "E guerra em cima dos deputados", resume um ex-cassado, o capitão gaúcho José Wilson da Silva. Assim são os corredores onde funcionam as comissões e subcomissões da Constituinte: às vezes coloridos por cocares indígenas, às vezes tomados por cadeiras de rodas, às vezes entupidos por sólidos grupos de garimpeiros, percorridos sempre por lobistas cuja ação se tornará mais intensa e aberta à medida em que o tempo correr e os momentos decisivos se aproximarem.

Às vezes, entra-se na sala de uma subcomissão e a plateia é muito maior do que o grupo de parlamentares em plenário. Quinta-feira, por exemplo, na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, havia a certa altura três constituintes, além do presidente, enquanto nove pessoas assistiam à morna discussão. Nesses corredores cruza-se com pessoas como o economista Expedito Mendonça e seu lobista rival, Marlan Rocha, que se identifica como administrador, em Brasília, e político em Barreiras — cidade que ficaria em qualquer um dos dois estados de São Francisco sonhados e propostos à Constituinte.

Marlan Rocha chega à sala de imprensa, no corredor das comissões na Câmara, um compido estenderete de portas, que fervilha de gente quando há

reuniões simultâneas. Ali assistiu-se a intervenção dos moços do Triângulo Rosa, movimento gay carioca, defendendo seus solapados direitos. Marlan Rocha batalha pela criação de "seu" Estado de São Francisco, com fronteiras diferentes das propostas de Expedito Mendonça, enquanto passa uma sucessão de jovens e senhoras com camisetas do movimento Criança e Constituinte — outra organização de ativos militantes, convencidos de que não é digno viver entre crianças famintas, sem teto, despojadas de seus mais elementares direitos.

Os assessores militares, com a disciplina que lhes é peculiar, são em geral os primeiros a chegar à sala da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Assíduos, é freqüente comporem uma bancada superior à dos parlamentares presentes. Na subcomissão que discute a censura, sentam-se duas profissionais da tesoura e pincel atômico. Uma reunião da Subcomissão do Sistema Eleitoral foi interrompida por um ex-presidiário que narrou suas mazelas e entregou quatro sugestões aos constituintes.

Estudantes não deixaram passar incólume a presença do ministro da Educação, Jorge Bornhausen, a subcomissão encarregada no tema e promoveram uma cena um tanto inusitada no corredor das comissões, no Senado. Quando o ministro se retirou, foram à sua frente, caminhando de costas e gritando "fora banqueiro do ensino brasileiro". Ali, também a Igreja Católica esteve ativa, na defesa do princípio de que as verbas públicas para educação não devem ser destinadas exclusi-

vamente às escolas públicas, mas também às "não-estatais e sem fins lucrativos", como as PUCs, hoje imersas em crise financeira. Na Subcomissão do Menor, que faz parte da mesma comissão, D. Luciano Mendes não perdeu o ensejo. Fugindo por uns momentos ao tema do qual tratava, defendeu a necessidade de acabar com o "slogan do PMDB" que preconiza "verbas públicas só para escolas públicas".

Batalha vencida, até o momento. O relator João Calmon não só incluiu esta proposta em seu relatório, como a justificou pela importância de levar auxílio às escolas particulares sem fins lucrativos, mencionando o caso das PUCs. Onde a comunicação é assunto, apresenta-se o lobista da Associação Nacional de Editores de Revistas (Anert), para quem chamar de liberal o anteprojeto apresentado é ficar aquém da realidade. "Liberal?! Só se for na Albânia", disse ele a um repórter.

No meio de todo este burburinho, um dia desses, no salão verde, passeava um calmo jovem de seus 22 anos, de terno, gravata, tranqüilo e prazeroso. O rapaz curtiava sua chupeta e trazia no bolso um daqueles mordedores de borracha que os nenês tanto adoram. Há poucos passos dali, deputados e senadores discutiam temas de maior ou menor importância, grupos e pressões e lobistas propriamente ditos percorriam subcomissões e gabinetes numa atividade em que cada minuto é preciso, enquanto pedintes infiltrados esmolavam, alheios a seu próprio destino. Assim são os corredores da Assembleia Nacional Constituinte.

Relator quer punir falta de quorum

aprovação do relatório de Lysáneas Maciel sobre as emendas que estão sendo propostas está ameaçada em função da ausência dos constituintes. Exaltado, o deputado pernambucano garantiu que "dirá quem são os responsáveis pela não apresentação formal do relatório" e encerrou a reunião. Dois dos deputados presentes — João Paulo (PT/MG) e Lysáneas Maciel — entretanto, alertaram o presidente de que o não comparecimento de constituintes à reunião marcada para hoje não impedirá a votação do relatório, porque ela só deverá ocorrer no próximo fim de semana. Lysáneas Maciel solicitou a Maurílio Ferreira que sustasse a apresentação dos

nomes, embora considere a medida necessária, deixando para fazê-lo somente no fim de semana. O presidente concordou, mas informou que, tal e qual em uma escola, enviaria nesta terça-feira uma advertência por escrito aos ausentes, avisando que se não comparecerem à votação do relatório, terão seus nomes "estampados nos jornais como faltosos".

FALTOSOS

Desde sexta-feira da semana passada, quando começou a correr o prazo para a apresentação de emendas ao anteprojeto de Lysáneas Maciel, foram realizadas três reuniões para discutir emendas e o trabalho do relator. Uma quarta reunião, marcada para domingo, foi cancelada, em função da perspectiva da falta de quorum. Apenas 10 dos 19 membros da Subcomissão compareceram a pelo menos uma das reuniões realizadas — e são esses nomes que o deputado Maurílio Ferreira Lima quer resguardar.

Divisão da Bahia provoca debate tumultuado no Sul

M. CAVALHEIRO
Enviado Especial

Ilhéus — A incisiva ação do PC do B, de uma fração do PMDB e de estudantes, contra a divisão da Bahia em dois estados, fez da viagem de 14 membros da Subcomissão dos Estados às cidades de Itabuna e Ilhéus um provável marco na discussão deste tema. Pela primeira vez, foi contestada com ênfase a tese de que a qualidade da administração guarda relação com a extensão do território administrado. Além disso, os constituintes — que antes haviam ido a Goiânia e a Imperatriz, tratar das propostas de criação dos estados de Tocantins e do Maranhão do Sul — assistiram também pela primeira vez a uma reação considerável à corrente emancipacionista.

Preocupado com esta questão, o deputado Davi Alves da Silva (PDS-MA) deixou uma longa reunião no auditório da Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauífera (Cepiac), em Itabuna, e foi às ruas bancar o pesquisador. Ouviu mais de uma centena de transeuntes e constatou naquele grupo cerca de 21 por cento de opiniões contrárias — percentual que seria pequeno se não estivessemos nas principais cidades da região cacauífera, centro do desejo de emancipação.

Quando na noite de sábado o mesmo Davi Alves propôs que o plenário da reunião em Ilhéus dissesse sim ou não à criação do Estado de Santa Cruz, afirmando que do resultado desta consulta dependeria seu voto, os opositores protestaram, gritando que ali não havia representatividade, e o assessor de Planejamento de outra cidade da região, Manoel São Mateus, de Itapetinga, comentou: "Siris em lata. Aqui eles venceriam". E completou sua previsão: "Em Itabuna e Ilhéus perdemos longe. Mas podem ganhar um plebiscito com os votos do Oeste".

A possibilidade de que o sertão impeça a separação, não escapou a um ex-prefeito de Ilhéus, que sugeriu aos constituintes a redução do tamanho do novo estado, com um corte vertical separando o litoral da região Oeste e criando uma nova unidade da federação quase só com a zona cacauífera, de onde parte a aspiração de deixar de colher impostos para o Nordeste.

ABANDONO

Este sentimento de abandono — claro em qualquer conversa de botequim — é o móvel maior do apoio à emancipação. Sua força pode ser medida, ao menos em parte, pela votação do deputado Fernando Gomes, que

arrebanhou mais da metade dos votos válidos para deputado federal em Itabuna: em seu gabinete no Congresso Nacional, está colado à parede um cartaz de campanha, cujo slogan refere-se justamente à luta pela emancipação.

Mas as vozes contrárias alegam que a recompensa da zona cacauífera pela sustentação que alegadamente deu ao desenvolvimento baiano independe da separação, sendo apenas uma questão de justiça. "Será que o grande problema da região do cacau não é falta de representação política?", indagou o vereador do PMDB de Itabuna, João Xaxier, abrindo a polémica na tumultuada reunião da noite de sexta-feira para sábado. Na noite deste segundo dia, em Ilhéus, a reunião foi mais tranqüila e também mais longa: durou sete horas e a oposição foi de novo persistente.

"O centro desta discussão é a crise regional", sustentava o presidente do PC do B em Itabuna, Davidson Magalhães, escolhido como pivô das vaia. A verdade é que se viu ali um plenário dividido, onde freqüentemente metade viajava e metade aplaudia.

Os constituintes foram alvo de ataques às vezes inteiramente injustificados, mas ficou patente que a divisão da Bahia não se dará assim tranqüilamente. A saída foi insistir na existência de um plebiscito, que deixa aos cidadãos a decisão final. Mas na verdade esta figura não tem no relatório do deputado Siqueira Campos (PDC-GO) a mesma ênfase com que foi tratada na

Bahia. O plebiscito acontecerá no caso da assembleia legislativa dos estados que parlamentares pretendem subdividir não aceitar a separação. Isto significa que, pelo menos em um estado — o de Tocantins — o plebiscito poderá não acontecer. A Assembleia Legislativa de Goiás apóia a criação do novo estado. Nas demais unidades, não é previsível que isto vá acontecer. Pelo contrário, na Bahia, este aval não será dado, e a mesma tendência existe claramente em Minas Gerais, a respeito do Estado do Triângulo.

BOMBARDEIO

O relator Siqueira Campos, porém, tornou-se mais enfático em sua disposição a redesenhar o mapa do Brasil. "Não vejo porque não deixar que a população decida", disse, referindo-se à aprovação pela Constituinte como um fato não definitivo. Ele assegurou também que escreverá em seu relatório final "o artigo da criação do Estado de Santa Cruz". E a viagem deste fim de semana é apenas o começo de uma *tournee* que levará a Subcomissão dos Estados a cada região para a qual existe um projeto de emancipação.

A tendência é de que a maioria dos seis estados propostos seja aprovada na Comissão de Organização do Estado. Mas haverá um forte bombardeio nas etapas seguintes. A banca baiana é majoritariamente contra a criação do Estado de Santa Cruz. O governador de Minas, Newton Cardoso, decerto jogará todo seu peso político

para impedir que tirem de seu estado a rica região do Triângulo — "o mais viável de todos", na opinião do deputado Renato Bernardi (PMDB-PA), um professor de Geografia especializado na área de divisão territorial, que se assusta, por exemplo, com a falta de densidade demográfica e infra-estrutura de comunicação em estados como o de Juruá, no Amazonas.

Estas questões tendem a estar presentes, com força crescente, nas etapas posteriores à aprovação do anteprojeto na Comissão da Organização do Estado. Nas discussões e votações na Comissão de Sistematização e no plenário, governadores descontentes com o retalhamento de seus estados acionaram suas bancadas.

O prefeito UBaldo Dantas, de Itabuna, é adversário político do autor da proposta de separação, Fernando Gomes, embora ambos sejam do PMDB. Dois de seus secretários, presentes à reunião naquela cidade, abriram as baterias contra os separatistas. Um deles, Paulo Macedo (Administração), puxou vaia contra constituintes favoráveis e ensaiou coros de protesto à divisão do tempo dos pronunciamentos, considerada injusta pelos opositores.

O de Ilhéus, também do PMDB, não assumiu a luta e é criticado por estar se rendendo às pressões do governador Waldir Pires. E verdade, porém, que a possibilidade da emancipação é um alento para pessoas como o jovem Josenaldo dos Santos, angustiado pelo desemprego, ou o soldado PM Pedro Teles da Silva, que espera ter, em Santa Cruz, um soldo maior.

Nesta confusão, até a história é empregada com versões diferentes. Para o governador e para deputados como Fernando Santana (PCB), a Bahia é individual. "O Brasil inteiro ficará boquiaberto", garante Santana, falando da unidade histórica e cultural do estado. Já o presidente do PMDB de Ilhéus, Fernando Gomes Vita, assegura que até os hábitos alimentares são diferentes. "Ninguém conhece aqui pratos típicos do recôncavo, como a mandioca e o acaçá. Além disso, o povo quando vai a Salvador diz que vai à Bahia", fulmina.

Os opositores aportam também a falta de um estudo criterioso sobre a viabilidade de um novo estado e o risco de criar mais duas unidades política e economicamente fracas no Nordeste. "O cacau já não é a principal fonte de renda na Bahia", adverte o vereador João Xavier, para quem está na hora de buscar retorno dos recursos produzidos no Sul e investidos no Norte do Estado.

Os brasis paralelos

Tranqüilidade e disposição para ouvir discursos não faltam aos constituintes. Sábado à noite, em Ilhéus, quando terminavam um jantar, tornou-se difícil escutar o que dizia o deputado Carlos Cardinal (PDT-RJ). A poucos metros dali, na entrada do restaurante, começava o que logo seria uma verdadeira batalha campal. Minutos depois, voavam cadeiras, uma garrafa explodia na parede, do outro lado da rua, e o proprietário da casa disparava um revólver calibre 22. Mas nada disso fez com que o discurso fosse interrompido.

Eram dois, três mundos diferentes. O restaurante Cabana's Miramar compõe-se de construções circulares, cobertas com palha de piçava. Lá dentro estavam prováveis filhos da "oligarquia do cacau",

que o PC do B aponta como principal beneficiária da virtual criação do Estado de Santa Cruz. Do outro lado do muro, na entrada do restaurante, um grupo de jovens pobres.

Quando a discussão encrespou, ao primeiro tiro disparado (para o alto), pelo dono do restaurante, seguiu-se uma saraivada de cadeiras. Uma garrafa estourou no muro de frente, e foram feitos dois novos disparos, não se pôde ver exatamente em que ângulo. Com dois rapazes feridos, o grupo dos pobres bateu em retirada. O discurso acabou. Logo os constituintes seguiram para o hotel. No dia seguinte, a caminho de uma visita ao balneário de Olivença, o deputado Renato Bernardi apontou para uma favela próxima à estrada e comentou: "O PC do B está lá. Nós estamos aqui".

Subcomissão de Educação fará lobby

A partir de uma proposta formulada pelo relator João Calmon (PMDB-ES), os integrantes da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes decidiram fazer lobby junto às comissões que tratem de assuntos relacionados com educação, para garantir a aprovação de propostas que tenham surgido na própria subcomissão. Eles entendem que, isoladamente, não conseguirão assegurar conquistas como o percentual de 18 por cento da receita da União para a educação, a aposentadoria aos 25 anos para professores e professoras e a liberdade de expressão do pensamento.

Calmon concordou com a argumentação de Elizio e esclareceu que jamais pensou em abandonar esta proposta: "Seria a negação de uma luta de 18 anos, a obsessão da minha vida". Em seguida, propôs a articulação de "um lobby da mais alta nobreza" junto aos constituintes da Subcomissão de Tributos, para garantir os 18 por cento dos recursos da União para a educação. O senador Loureberg Nunes fortaleceu a ideia, solicitando que as instituições que estiveram na subcomissão de Educação, para participar das sessões públicas, agora participem do lobby junto

às demais comissões. Outra tese de Calmon que esbarrou em outra subcomissão foi a proposta de aposentadoria para professores aos 30 anos e para professoras aos 25 anos. O relator da Subcomissão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Carlos Mosconi (PMDB-MG), rejeitou qualquer tratamento diferenciado para aposentadorias. Todos reconheceram a necessidade de fazer lobby também nesta subcomissão, mas o deputado Chico Humberto (PDT-MG) fez uma ressalva: "A maioria dos integrantes da nossa subcomissão defende os 25 anos para homens e mulheres, como ficou esclarecido durante os debates sobre o tema".

Finalmente, o deputado Florestan Fernandes (PT-SP) informou que o relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, Darcy Pozza (PDS-RS), apresentou uma proposta que contraria os princípios esta-

belecidos pela Subcomissão de Educação em relação à liberdade de expressão do pensamento. O anteprojeto de Pozza diz que "é livre a manifestação do pensamento"; mas acrescenta que "as diversões e os espetáculos públicos ficam sujeitos às leis de proteção da sociedade". Fernandes encarou esta ressalva como um artifício para a implantação da censura oficial no País, recebendo o total apoio dos integrantes da subcomissão.

Quase no final da sessão, o presidente Hermes Zaneti (PMDB-RS) informou que os integrantes da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes poderão entrar com emendas aos relatórios de outras subcomissões, segundo esclarece ofício enviado pelo presidente Ulisses Guimarães. Assim, ficará facilitada a atuação destes constituintes para a aprovação de propostas em outras subcomissões.